

II FÓRUM SOCIAL BRASILEIRO: construindo uma agenda brasileira

Ana Claudia Teixeira

Ana Claudia Teixeira é socióloga e coordenadora da área de Participação popular do Instituto Pólis

Vilma Barban

Vilma Barban é socióloga e coordenadora das áreas de Negociação sobre as Águas e do projeto Grajaú do Instituto Pólis

Publicado em: 10/05/2006

O Fórum Social pode ser um espaço de articulação se as organizações tiverem uma atitude propositiva nesta direção.

O II Fórum Social Brasileiro, realizado em Recife, de 20 a 23 de abril de 2006, contou, segundo os organizadores, com cerca de 10 mil participantes de todo o país e mais de 300 atividades inscritas. Seguindo o processo dos fóruns mundiais, este encontro constituiu-se como um espaço horizontal da sociedade civil, auto-gestionado e autônomo em relação a governos e partidos. Esta edição de Recife, entretanto, teve uma particularidade: estava focada na avaliação da experiência brasileira dos últimos anos.

Apesar de espremido num “ano curto”, o FSB-Recife foi um momento importante de reflexão e construção de alternativas pela sociedade organizada, após o duro ano de 2005.

Como em todos os fóruns, nunca é possível acompanhar tudo o que ocorre e cada participante, de alguma forma, tem a sua experiência. A nossa experiência passou por alguns momentos que relatamos aqui.

O primeiro destaque é para a marcha de abertura. Havia um número significativo de organizações populares, de todas as faixas etárias, destacando-se as mulheres e a forte presença dos jovens. Numa acertada decisão da organização, não circularam carros de som de entidades e partidos. Com isso, a abertura ganhou colorido e sons diferentes. Os slogans, cantos e batuques de cada grupo puderam repercutir. O ponto negativo ficou para o triste e totalmente desnecessário episódio com a polícia no final da marcha.

Foi acertada, mais uma vez, a distribuição horizontal das atividades - sem plenárias centrais - articuladas pelas próprias organizações. Isso favoreceu o engajamento de pessoas e grupos na veiculação de suas atividades, os participantes procuravam com afinco os locais de suas atividades eleitas, os auditórios e salas estavam repletos de

interessados e, pelo menos naqueles encontros que participamos, para além dos expositores, havia muita gente discutindo as temáticas propostas.

Uma tenda de circo abrigou atividades culturais, e também acolheu duas atividades que aparentemente aglutinaram maior número de pessoas: o Tribunal dos Povos, onde se realizou o julgamento de George W. Bush pelos crimes de guerra dos Estados Unidos e, no último dia, a Plenária da Coordenação dos Movimentos Sociais, que apresentou um documento de projeto de desenvolvimento nacional, popular e democrático. [Acesse aqui o documento].

Reforma Política como ampliação da democracia e da participação

Durante todas as manhãs foram organizadas as atividades do Fórum Nacional de Participação Popular junto a mais de 15 redes e organizações. Foram realizados três debates que se complementaram: “A re-configuração do campo democrático e popular e a busca de novas formas de se pensar e fazer política”, “Reforma política como ampliação da democracia e da participação” e “Participação e controle social: por onde navegamos?”. O tom geral das mesas era de crítica e auto-crítica em relação às formas como nos organizamos e aos canais de participação popular construídos até o momento.

Tivemos um público “cativo”, com cerca de 150 participantes por sessão. No debate sobre reforma política foi discutida uma plataforma para ampliar a democracia e a participação no Brasil [acesse aqui a Plataforma]. Para alcançar tais objetivos, esta plataforma, que ainda está em construção, gira em torno de quatro eixos: democracia participativa, democracia direta, democracia representativa e ampliação dos canais de informação e comunicação. É importante que se diga que a articulação dessas redes ultrapassa o Fórum Social Brasileiro. Esta agenda terá desdobramentos para o segundo semestre, com debates sobre a plataforma nas organizações e redes propositoras, e por meio ainda de iniciativas para pautar os candidatos às eleições do executivo e do legislativo sobre o tema da reforma política, visando influir na agenda 2007 do Congresso Nacional.

Alternativas à Ditadura das Finanças

Uma atividade promovida pela Attac com outros parceiros, entre eles o Pólis, teve um título que se tornou uma espécie de slogan, repetido em outras mesas durante o Fórum. A atividade tinha por objetivo construir alternativas à ditadura das finanças. A idéia era que as organizações apresentassem suas ações, plataformas e interesses, no sentido de construir alternativas à política econômica do governo.

O debate esteve longe de se esgotar nesta atividade do Recife e, para aprofundar a construção das alternativas econômicas, pretende-se promover outros debates durante este ano.

Direito à Água

Um seminário realizado pela Rebrip - Rede Brasileira de Integração dos Povos, Fórum Nacional de Saneamento Ambiental (FNISA) e Fórum Nacional de Reforma Urbana discutiu sobre “O direito à água, seus marcos regulatórios e um novo modelo público de gestão de recursos hídricos”.

Defendeu-se que o acesso à água de boa qualidade é um direito de todos. A água, em grande parte do país, é gerenciada pelas companhias estaduais. A defesa da gestão pública não pode significar o domínio da tecnocracia, geralmente ineficiente e corrompida por uma gestão de interesses nem sempre claros e não propriamente a serviço da população - algumas experiências bem sucedidas de gestão pública foram levantadas e estão publicadas pela ASSEMAE. Assim, não basta reivindicar a gestão pública, mas é necessário um controle social efetivo sobre a gestão.

Destacou-se também no debate que o grande problema brasileiro é da poluição e assoreamento dos rios, da ocupação dos mananciais hídricos, e principalmente a falta de investimentos em saneamento básico.

A água não é mercadoria, e precisa estar fora das negociações realizadas junto à OMC, que tem vinculado os financiamentos, entre outras exigências, à facilitação da privatização da distribuição de água e às ações das grandes empresas. Dois seminários, promovidos pela Campanha Brasileira Contra a ALCA/OMC e Rede Nosso Mundo não está à Venda, reuniram palestrantes de Venezuela, Bolívia e Uruguai, além da CPT e do MST brasileiros, trazendo informações e debates sobre as negociações na OMC e os impactos sobre os países latino-americanos. O MST e o MAB (Movimento dos Atingidos pelas Barragens) fazem denúncias contundentes de centenas de famílias pelo Brasil expulsas de seus locais para dar lugar às represas e que se tornam 'sem terra', 'sem teto', e também sem receber qualquer compensação, ou quando a recebem é tão mínima que não ajuda a minorar seus problemas (ver www.mabnacional.org.br).

Outro debate importante se deu no seminário “A Água e os Grandes Projetos - transposição, barragens e hidrovias: como suplantar o planejamento privado do território?”, onde se discutiu sobre essa febre brasileira da construção de grandes barragens, transposições de Rios, e particularmente sobre essa controvertida transposição do São Francisco, o Complexo do Rio Madeira e o megaprojeto IIRSA (Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana), que propõe a integração energética, dos rios, dos transportes, das comunicações.

A palavra integração tem às vezes um efeito perverso, pois será sempre necessário se verificar que tipo de integração? A quem ela serve e quais os efeitos sobre os povos. Temos que ajudar a construir a integração que queremos, com justiça e equidade, neste outro mundo possível.

Como desdobramentos, a Rebriop programou diversos seminários e debates sobre essas temáticas já a partir de maio. O Fórum Nacional de Saneamento Ambiental continua com a mobilização em torno da aprovação do Projeto de Lei nº 5296/05, que estabelece o marco regulatório do saneamento.

O FNSA e a Rede Vida Seção Brasil, das quais o Instituto Pólis faz parte, empenham-se em ampliar a articulação e fortalecimento das lutas das organizações e dos movimentos.

Aprendizados e desafios

Enfim, muitos aprendizados e desafios ficam deste Fórum. Gostaríamos de destacar pelo menos um aprendizado e um desafio. O aprendizado, que para nós tornou-se mais claro neste ano, é sobre o caráter do Fórum Social. Ele pode ser um espaço de articulação se as organizações tiverem uma atitude propositiva nesta direção. Ou seja, lá as articulações não se dão naturalmente. É preciso prepará-las antes e depois. O Fórum é - e tem potencial para ser - um momento em que estas articulações se potencializam, quando novos atores se somam, quando novas estratégias podem ser desenhadas, quando novos conteúdos se agregam. Mas para que tudo isso se dê é preciso trabalhar nessa direção, antes e depois, fazendo com que o Fórum Social seja um momento de processos mais amplos. Já o desafio que gostaríamos de destacar é sobre como conseguir falar para o conjunto da sociedade, para além de nós mesmos. Como ecoar os debates e idéias que circularam ali para aqueles que não estão em movimentos, ONGs, partidos políticos?